

Apresentação do Dossiê “Elites e Instituições”

Icaro Gabriel da Fonseca Engler¹
Charles Henrique Voos²

Recebido em: 05/10/2023
Aprovado em: 02/11/2023

O presente dossiê, “Elites e Instituições”, tem como objetivo principal a apresentação de pesquisas que se inserem dentro da temática de *estudos das elites* e as suas relações com diferentes instituições sociais. Para além das pesquisas em si mesmas, o dossiê também tem como objetivo a divulgação dos próprios autores, que se dedicam a pesquisar este tema e, em sua maioria, ainda estão em processo de formação, cursando doutorado, ou de inserção no campo acadêmico, como professores.

A própria temática dos *estudos das elites*, como podemos nomear de modo genérico, não ocupa mais um lugar central nas ciências sociais, como já ocupou em outros tempos, principalmente na sociologia política e ciência política. Assim, temos um grupo reduzido de pesquisadores, reunidos em torno de alguns orientadores em determinadas universidades.

Uma parte desse abandono de se tomar as elites como tema empírico, deve-se ao caráter normativo que o termo carrega de duas formas. Pertencer a elite, pode ser considerado uma condição de prestígio, de elogio, por ocupar uma posição de destaque em um meio social ou instituição. Da mesma forma, que pode ser considerada de forma

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, e professor na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil. E-mail: icaro.engler@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6585-2357>

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. E-mail: charles.voos@fgg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3170-744X>

depreciativa, em relação ao aspecto de elitização, ou seja, de não ser acessível para todos.

Muito desse embate, está relacionado ao histórico dos autores que fundamentaram essa área de pesquisa. A “Teoria das Elites”³, inaugurada por Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, possuía um pano de fundo que desconfiava da capacidade das “massas”, como era denominado o povo, em conduzir os processos políticos das sociedades. Ou seja, uma crítica às ideias democráticas e socialistas que estavam se fortalecendo no final do século XIX e início do século XX, assim, sempre existiria uma elite que governa (MOSCA, 1992).

Mesmo tendo essa visão crítica da democracia, esses autores foram referenciados nos estudos sobre as teorias da democracia, como ocupantes da linha da “democracia elitista”. Outro autor destacado dessa linha é Schumpeter (1961), que vai focar suas abordagens no perfil ideal de governantes, conjuntamente com uma definição processual de regime democrático, mantendo a visão crítica de participação do povo na arena política.

Ainda dentro desse resgate de autores consagrados dessa tradição, não é possível deixar de citar Wright Mills (1968), com a sua obra “A Elite do Poder”. Podendo ser considerada uma obra densa, com o objetivo de demonstrar empiricamente a relação entre a elite econômica, militar e política dos Estados Unidos da América. As questões deste trabalho não se encerram por aí, pois seus desdobramentos desembocam em um “debate”, ou uma resposta, de Robert Dahl.

Em “Uma crítica ao modelo de elite dirigente”, Dahl (1970) vai procurar responder aos achados de Mills, questionando a validade dos dados a partir da arena decisória. De modo direto, o autor desloca o locus da análise, partindo para a arena decisória e questionando a possibilidade do mesmo grupo vencer sempre, que seria uma condição necessária para a existência de uma elite. Assim, Dahl argumenta que a política é competitiva, onde mesmo que existam grupos dirigentes, eles competem entre si, em diferentes temas públicos, ora vencendo, ora sendo vencidos.

Sem esgotar toda a tradição, já é possível estabelecer um quadro geral dos principais autores dessa primeira forma de abordar os *estudos de elites*. Para além das

³ Para saber mais sobre a questão da genealogia da “Teoria das Elites”, ver Grynszpan (1999).

questões normativas e, por vezes, questões próprias da arena política, esses autores deram ênfase nos seus estudos aos indivíduos que ocupavam as posições de mando, que detinham o poder político, que ocupavam as posições superiores da sociedade, principalmente em relação ao espaço político e não o econômico.

São nesses autores que vão ser baseadas pesquisas sobre o perfil das elites políticas e burocráticas, realizando trabalhos de construção de perfis dos indivíduos, através da coleta dos seus atributos e suas caracterizações, que vão desde sexo, raça, idade e local de nascimento, até informações sobre trajetória escolar, profissional e carreira política.

Nesse sentido, devido à própria forma de análise, esses estudos foram se esgotando, pois ficam muito restritos a essa descrição de características, não avançando para outras conclusões. É nesse momento que os estudos de Pierre Bourdieu vêm contribuir com essa tradição, retirando o foco das pesquisas em delimitar e descrever quem eram as elites e passando a analisar processos de produção e reprodução de grupos sociais, associados com estruturas de dominação e de poder.

Assim, “a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político”, ou seja, compreender a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos” passa pela análise dos recursos disponíveis. Essa abordagem não permite uma naturalização das clivagens sociais, ao considerar que a distribuição desigual dos recursos são os principais mecanismos sociais que produzem e reproduzem essas divisões (BOURDIEU, 1998).

De modo geral, um dos grandes desafios das ciências sociais é procurar realizar pesquisas empíricas que vão além das preocupações e dos discursos elaborados pelo próprio objeto. Isso fica ainda mais claro ao analisar “Elites Políticas”, que constantemente estão procurando justificar e naturalizar seu engajamento político, além de procurarem reconstruir suas trajetórias prévias atribuindo um sentido de dever público. Sendo assim, os diferentes pesquisadores que procuram abordar os agentes que fazem a “Política”, dispõem de ferramentas analíticas que vão buscar compreender as formas de acesso a essas posições de poder, tomando, principalmente, os recursos sociais pertinentes dentro do espaço político (OFFERLÉ, 1996).

Ou seja, a coleta de informações sobre este grupo que contemplem variáveis sócio-demográficas, como citadas anteriormente, exemplo: gênero, idade, local de nascimento, profissão, escolaridade, etc. devem ser tratados como indicadores objetivos de origem, trajetória e posição social, para a compreensão dos tipos de entrada e sucesso no meio político, e não apenas como uma forma descritiva de perfil. Inclusive é bem marcante nas pesquisas sobre “Elites Políticas”, atribuir uma grande importância à “última profissão antes da entrada na política” e as possíveis relações com a própria “profissionalização política” (OFFERLÉ, 1999).

Essa mudança de problemática, além de ser um combustível para as pesquisas sobre elites, também proporcionou um enriquecimento sobre o tipo de análise sociológica que vem sendo feito, chegando ao ponto de se questionar o uso do termo “elite”, de modo que vem sendo utilizado como definição dentro das clivagens temáticas, mas não se constituindo como o próprio objeto de análise ou mesmo o universo empírico⁴.

Assim, não cabe aqui definir o que se entende como elite, ou o seu próprio conceito, pois muitas das pesquisas atuais têm como problema a relação entre recursos sociais, formação dos grupos dirigentes e as posições ocupadas em diferentes espaços e instituições. Ou seja, há uma renovação de questões postas nas pesquisas sobre elites, que se distanciam da mera descrição dos indivíduos e avançam para abordagens sobre: lógicas de legitimação, processos de profissionalização, atuação política, etc. Utilizando diferentes fontes para coletas de dados e, inclusive, questionando a validade e alcance explicativo desse próprio material.

É dentro desse panorama apresentado que se encontram os artigos que compõem este dossiê. Cada um, ao seu modo, traz importantes contribuições para as Ciências Sociais como um todo e, mais especificamente, para as pesquisas que se dedicam à temática dos *estudos de elites*, de modo geral.

Assim, Lucas Pilau e Fabiano Engelmann, em “Limites e possibilidades dos usos do Diário Oficial da União como fonte de pesquisa das elites burocráticas”, tem como objetivo debater os limites e as possibilidades dos usos do Diário Oficial da União (DOU) como fonte de pesquisa dos percursos profissionais e políticos das elites burocráticas

⁴ Para saber mais sobre esses desdobramentos, ver Seidl e Grill (2013).

brasileiras a partir do relato de duas investigações. A partir das conclusões dos autores, é possível afirmar que ao se tomar o DOU como fonte de pesquisa se torna possível a consulta a uma matriz de dados documentais padronizada e com longo histórico de publicação de atos administrativos. Por outro lado, existe pouca margem para pesquisas de cunho qualitativo ou que busquem maior aprofundamento na realidade investigada.

Em seguida, Daniel Aristides Natividade Campos e Juliane Sant’Ana Bento, em “A Reforma do Processo: os juristas e a política de modernização da justiça”, abordam a reforma do Código de Processo ocorrida entre 2010 e 2015 que promoveu a solução negociada como principal meio para resolução dos litígios. Os autores buscam compreender a formação e consolidação da conciliação e mediação como desjudicialização da resolução de conflito no contexto da Comissão de Juristas designada para a elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil junto ao Senado. A análise foi feita por meio da categorização dos membros da Comissão de Juristas, os discursos proferidos na reunião inaugural e nas caravanas, sendo possível apreender que a comissão representou categorias do espaço jurídico, o qual emprestou capital político e simbólico à reforma processual.

Saindo do campo do judiciário, está o artigo de Maurício Izelli Doré, “Por uma sociologia das instituições políticas locais: o sentido das representações biográficas na construção social do cargo de secretário municipal”, que explora os recursos mobilizados na produção da crença no propósito das nomeações para o cargo de secretário municipal nos últimos 70 anos em uma cidade no interior do Paraná. Tomando por objeto a relação entre as representações biográficas daqueles nomeados ao cargo e as dinâmicas de legitimação das nomeações, buscando articular os dados relativos ao conjunto das biografias com o espaço local de circulação das representações que classificam grupos, instituições e reputações. Os resultados apontam para a relação entre o estabelecimento de vínculos em espaços comuns de sociabilidade e as possibilidades de conversão das representações de prestígio ligadas a esses espaços na habilitação para a ocupação de cargos no mandato do prefeito eleito.

Os dois últimos artigos abordam a atuação e representação na política de *empresários*. O primeiro deles, de autoria de Pedro Lenhagui Bergamaschi, “Alinhamento de preferências sobre projetos de lei no Conselho da Cidade de Joinville: uma análise empírica”, busca discutir a participação de empresários no Conselho da

Cidade de Joinville (SC), tendo como objeto de pesquisa como estes agentes votaram os projetos de lei que este órgão avaliou entre os períodos de 2017 a 2022. Nesse sentido, foram identificados os projetos de lei submetidos à sua apreciação, e identificadas as posições dos empresários e do poder público municipal. Levantando a questão que a participação empresarial em um órgão consultivo para o planejamento urbano reflete a importância dada por estes agentes a uma estrutura de democracia participativa. No entanto, a falta de transparência quanto às discussões realizadas fomenta uma baixa participação social por parte da sociedade que não participa como conselheiros.

Por fim, José Augusto Hartmann, em “Formatos Institucionais e Padrões de Ação Política das Federações Subnacionais da Indústria em 30 anos de redemocratização (1988-2018)”, analisa os padrões do acompanhamento do processo legislativo realizado pelas Federações Subnacionais da Indústria, buscando identificar as mudanças em seus formatos institucionais nos anos subsequentes à redemocratização. Tendo-se em vista a qualidade da organização interna dessas entidades avalia um processo de profissionalização política, definido pela sistematicidade, enraizamento e transparência de suas ações. A discussão sugere que houve um processo de profissionalização política das Federações nos anos posteriores à redemocratização, o que, por meio dessa avaliação, pode-se verificar, ainda que de modo não-homogêneo.

Finalizando o dossiê, é apresentada a entrevista com Rodrigo da Rosa Bordignon, Professor adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política, e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Nela, são discutidas tanto questões de caráter mais pessoal, como a escolha e a entrada no curso de Ciências Sociais, bem como a trajetória acadêmica na pós-graduação, até as concepções de Ciências Sociais, as Ciências Sociais no Brasil, os “usos” da sociologia de Pierre Bourdieu, bem como suas contribuições para a sociologia das elites.

Enfim, trata-se de um dossiê que conseguiu captar as diferentes abordagens que se tem atualmente entre os pesquisadores da temática das elites, onde cada um, ao seu modo, vem contribuir para o debate em diferentes recortes empíricos, questões metodológicas e abordagens teóricas. Boa leitura!

Referências

- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.
- DAHL, A. Robert. Uma crítica ao modelo de elite dirigente. In: Sociologia Política II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- GRYNSZPAN, Mário. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- MOSCA, Gaetano. La classe politica. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.
- OFFERLÉ, Michel. Entrées en politique. Politix, vol. 9, n°35, Troisième trimestre, 1996.
- OFFERLÉ, Michel. La Profession Politique - XIXe.-Xxe. siècles. Paris: Belin, 1999.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Ed: Fundo de cultura, 1961.
- SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor G. As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- WRIGHT MILLS, C. A Elite do Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.